

SICOOB COOESA



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

31/12/2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB COOESA completou 26 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB COOESA obteve um resultado de R\$ 2.779.108,04 antes das destinações e juros ao capital, representando um retorno anual de 17,53% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 47.091.626,77. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 44.242.609,59 líquidos de A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 44.242.609,59	100,00%
--------------------	-------------------	---------

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 11,61% da carteira, no montante de R\$ 5.696.020,63

4. Captação

As captações, no total de R\$ 81.252.760,65, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 102,87%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 49.310.378,76	60,69%
Depósito sob aviso	R\$ 2.969,70	0,00%
Depósitos a prazo	R\$ 31.939.412,19	39,31%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 65,33% da captação, no montante de R\$ 52.669.685,37.

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB COOESA era de R\$ 15.854.061,00 havendo um acréscimo de 15,85% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O quadro de cooperados era composto por 4.097 cooperados.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOESA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,60% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 2 (dois) anos em Assembleia Geral Ordinária - AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem por competência, notadamente, fiscalizar a administração da Central e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, analisando de forma sistemática seus atos, validando os balancetes mensais e balanço patrimonial anual da Central e opinando sobre a regularidade das contas e das demonstrações contábeis do exercício social.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOESA aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB COOESA registrou 27 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 27 reclamações 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Belém / PA, 31 de dezembro de 2020.

Andrea Machado Naur de Almeida
Diretora Superintendente

Marcia Rejane Moutinho Ramos
Presidente

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA

CNPJ nº 83.836.114/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL em 31/12/2020 e 31/12/2019 em R\$

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		99.835.959,67	56.262.278,29
Circulante		64.717.942,62	29.055.431,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	50.532.240,52	17.281.936,98
Disponibilidades		3.440.613,75	461.646,29
Centralização Financeira - Cooperativas		47.091.626,77	16.820.290,69
Operações de Crédito	5	13.356.491,42	10.896.177,61
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		13.261.441,27	11.345.772,90
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(623.631,04)	(815.115,28)
Financiamentos		732.261,69	376.103,18
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(13.580,50)	(10.583,19)
Outros Créditos	6	761.674,09	858.164,20
Créditos por Avais e Fianças Honradas		150.722,38	197.557,99
Rendas a Receber		154.520,50	258.715,26
Diversos		619.080,41	578.268,37
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		55.667,31	41.623,68
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(218.316,51)	(218.001,10)
Outros Valores e Bens	7	67.536,59	19.152,67
Outros Valores e Bens		221,00	-
Despesas Antecipadas		67.315,59	19.152,67
Não Circulante		35.118.017,05	27.206.846,83
Realizável a Longo Prazo		30.886.118,17	24.214.830,60
Operações de Crédito	5	30.886.118,17	24.214.830,60
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		29.887.966,34	23.907.204,15
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(453.391,60)	(433.635,94)
Financiamentos		1.475.056,92	762.556,53
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(23.513,49)	(21.294,14)
Permanente		4.231.898,88	2.992.016,23
Investimentos	8	1.739.465,71	1.635.397,73
Participação em Cooperativa Central de Crédito		1.737.825,71	1.633.757,73
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		1.190,00	1.190,00
Outras Participações		450,00	450,00
Imobilizado de Uso	9	2.483.820,82	1.342.732,89
Imobilizado de Uso		3.669.142,87	2.499.994,96
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(1.185.322,05)	(1.157.262,07)
Intangível	10	8.612,35	13.885,61
Ativos Intangíveis		71.870,13	141.791,14
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(63.257,78)	(127.905,53)
Total do Ativo		99.835.959,67	56.262.278,29
PASSIVO		83.981.898,67	42.577.423,30
Circulante		83.978.877,25	42.573.141,12
Depósitos	11	81.252.760,65	40.051.767,53
Depósitos à Vista		49.310.378,76	20.961.724,34
Depósitos Sob Aviso		2.969,70	3.020,55
Depósitos à Prazo		31.939.412,19	19.087.022,64
Relações Interdependências	12	-	85,00
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	85,00
Outras Obrigações	13	2.726.116,60	2.521.288,59
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		35,88	22.690,57
Sociais e Estatutárias	13.1	649.475,52	632.249,21
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	13.2	214.486,76	272.384,80
Diversas	13.3	1.862.118,44	1.593.964,01
Não Circulante		3.021,42	4.282,18
Outras Obrigações	13	3.021,42	4.282,18

Diversas	13.3	3.021,42	4.282,18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	15.854.061,00	13.684.854,99
Capital Social	15.a	11.552.728,57	11.437.865,34
De Domiciliados No País		12.389.018,23	12.119.452,51
(-) Capital A Realizar		(836.289,66)	(681.587,17)
Reserva de Sobras	15.b	2.772.823,01	1.661.179,79
Sobras ou Perdas Acumuladas	15.c	1.528.509,42	585.809,86
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		99.835.959,67	56.262.278,29

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA

CNPJ nº 83.836.114/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		4.836.891,45	9.433.997,06	4.874.986,82	8.819.099,13
Operações de Crédito	17	4.388.294,78	8.420.926,39	4.390.470,04	8.100.876,02
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		448.596,67	1.013.070,67	484.516,78	718.223,11
Dispêndio da Intermediação Financeira	18	(778.654,89)	(1.826.955,59)	(1.399.423,85)	(2.390.963,43)
Operações de Captação no Mercado		(344.739,90)	(789.067,69)	(661.448,12)	(1.183.790,93)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	-	-	(9.749,60)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(433.914,99)	(1.037.887,90)	(737.975,73)	(1.197.422,90)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.058.236,56	7.607.041,47	3.475.562,97	6.428.135,70
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(2.780.015,35)	(4.786.842,40)	(2.892.418,26)	(5.358.394,47)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	891.199,85	1.603.642,66	843.998,34	1.637.790,62
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	703.560,05	1.283.123,32	566.029,46	1.010.146,04
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(1.949.770,99)	(3.657.734,75)	(1.823.917,62)	(3.430.017,98)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(2.429.484,06)	(4.532.031,96)	(2.604.956,46)	(4.842.972,33)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	23	(50.595,33)	(91.695,59)	(47.935,00)	(102.906,33)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	584.379,61	1.303.740,20	540.965,15	994.037,23
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(496.834,89)	(667.357,60)	(345.683,56)	(573.881,92)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		-	-	(2.006,80)	(2.006,80)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	25	(32.469,59)	(28.528,68)	(18.911,77)	(48.583,00)
Resultado Operacional		1.278.221,21	2.820.199,07	583.144,71	1.069.741,23
Outras Receitas e Despesas	26	(15.188,52)	32.002,63	117.748,37	118.675,77
Lucros em Transações com Valores e Bens		452,55	452,55	-	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(648,14)	(648,14)	-	-
Outras Receitas		3.557,44	50.848,59	125.165,83	127.677,09
Outras Despesas		(18.550,37)	(18.650,37)	(7.417,46)	(9.001,32)
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.263.032,69	2.852.201,70	700.893,08	1.188.417,00
Imposto de Rendas		8.594,84	(36.346,22)	(54.896,20)	(67.235,60)
Contribuição Social		12.427,31	(36.747,44)	(46.338,25)	(56.072,56)
Sobras/Perdas Antes das Destinações	15.d	1.284.054,84	2.779.108,04	599.658,63	1.065.108,84
Destinações Legais e Estatutárias		-	(1.250.598,62)	-	(479.298,98)
FATES		-	(138.955,40)	-	(53.255,44)
Reserva Legal		-	(1.111.643,22)	-	(426.043,54)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.284.054,84	1.528.509,42	599.658,63	585.809,86
Sobras/Perdas Líquidas		1.284.054,84	1.528.509,42	599.658,63	585.809,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COESA

CNPJ nº 83.836.114/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		1.284.054,84	2.779.108,04	599.658,63	1.065.108,84
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		1.284.054,84	2.779.108,04	599.658,63	1.065.108,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COESA

CNPJ nº 83.836.114/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		11.427.255,90	(392.998,77)	1.222.636,13	12.500,12	608.842,09	12.878.235,47
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(603.194,95)	(603.194,95)
Ao Capital		604,24	-	-	-	(604,24)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(5.042,90)	(5.042,90)
Por Subscrição/Realização		1.448.480,45	(288.588,40)	-	-	-	1.159.892,05
Por Devolução (-)		(752.444,12)	-	-	-	-	(752.444,12)
Estorno de Capital		(4.443,96)	-	-	-	-	(4.443,96)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.065.108,84	1.065.108,84
Fundo de Reserva		-	-	426.043,54	-	(426.043,54)	-
F A T E S		-	-	-	-	(53.255,44)	(53.255,44)
Saldo em 31/12/2019		12.119.452,51	(681.587,17)	1.648.679,67	12.500,12	585.809,86	13.684.854,99
Ao FATES		-	-	-	-	(50.000,00)	(50.000,00)
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(474.014,05)	(474.014,05)
Ao Capital		562,99	-	-	-	(562,99)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(61.232,82)	(61.232,82)
Por Subscrição/Realização		1.203.408,72	(154.702,49)	-	-	-	1.048.706,23
Por Devolução (-)		(927.423,22)	-	-	-	-	(927.423,22)
Estorno de Capital		(6.982,77)	-	-	-	-	(6.982,77)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	2.779.108,04	2.779.108,04
Fundo de Reserva		-	-	1.111.643,22	-	(1.111.643,22)	-
F A T E S		-	-	-	-	(138.955,40)	(138.955,40)
Saldo em 31/12/2020		12.389.018,23	(836.289,66)	2.760.322,89	12.500,12	1.528.509,42	15.854.061,00
Saldo em 30/06/2019		11.641.045,32	(543.345,51)	1.222.636,13	12.500,12	465.450,21	12.798.286,27
Por Subscrição/Realização		753.026,65	(138.241,66)	-	-	-	614.784,99
Por Devolução (-)		(272.795,50)	-	-	-	-	(272.795,50)
Estorno de Capital		(1.823,96)	-	-	-	-	(1.823,96)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	599.658,63	599.658,63
Fundo de Reserva		-	-	426.043,54	-	(426.043,54)	-
F A T E S		-	-	-	-	(53.255,44)	(53.255,44)
Saldo em 31/12/2019		12.119.452,51	(681.587,17)	1.648.679,67	12.500,12	585.809,86	13.684.854,99
Saldo em 30/06/2020		11.778.091,63	(660.899,65)	1.648.679,67	12.500,12	1.366.500,22	14.145.071,99
Por Subscrição/Realização		701.102,27	(175.590,01)	-	-	-	525.512,26
Por Devolução (-)		(89.315,67)	-	-	-	-	(89.315,67)
Estorno de Capital		(860,00)	-	-	-	-	(860,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	1.284.054,84	1.284.054,84
Movimentações por Incorporações		-	-	-	-	128.552,98	128.552,98
Fundo de Reserva		-	-	1.111.643,22	-	(1.111.643,22)	-
F A T E S		-	-	-	-	(138.955,40)	(138.955,40)
Saldo em 31/12/2020		12.389.018,23	(836.289,66)	2.760.322,89	12.500,12	1.528.509,42	15.854.061,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA

CNPJ nº 83.836.114/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.284.054,84	2.779.108,04	599.658,63	1.065.108,84
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		433.914,99	1.037.887,90	737.975,73	1.197.422,90
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		88.120,72	148.071,02	73.899,30	132.397,23
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		-	-	2.006,80	2.006,80
Depreciações e Amortizações		221.399,05	394.758,74	140.319,32	267.848,35
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		2.027.489,60	4.359.825,70	1.553.859,78	2.664.784,12
Operações de Crédito		(11.104.591,28)	(10.169.489,28)	(5.706.290,97)	(9.412.647,91)
Outros Créditos		871.697,47	96.490,11	459.423,32	(228.143,47)
Outros Valores e Bens		(29.414,97)	(48.383,92)	15.760,66	(6.564,72)
Depósitos à Vista		20.182.878,67	28.348.654,42	12.103.979,39	10.937.231,57
Depósitos sob Aviso		(101,24)	(50,85)	78,12	161,07
Depósitos à Prazo		2.233.828,55	12.852.389,55	(383.483,34)	4.529.937,36
Relações Interdependências		-	(85,00)	85,00	85,00
Outras Obrigações		(1.734.797,84)	128.589,89	(1.288.229,91)	140.320,87
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	(50.000,00)	-	-
FATES Sobras Exercício		(138.955,40)	(138.955,40)	(53.255,44)	(53.255,44)
Imposto de Renda		8.594,84	(36.346,22)	(54.896,20)	(67.235,60)
Contribuição Social		12.427,31	(36.747,44)	(46.338,25)	(56.072,56)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		12.329.055,71	35.305.891,56	6.600.692,16	8.448.600,29
Aquisição de Intangível		0,00	0,00	(21.146,97)	(51.167,32)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(407.756,60)	(1.530.573,41)	(392.619,82)	(577.942,50)
Aquisição de investimentos		(31.127,00)	(104.067,98)	(145.882,00)	(196.689,18)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(438.883,60)	(1.634.641,39)	(559.648,79)	(825.799,00)
Aumento por Novos Aportes de Capital		525.512,26	1.048.706,23	614.784,99	1.159.892,05
Devolução de Capital à Cooperados		(89.315,67)	(927.423,22)	(272.795,50)	(752.444,12)
Estorno/Cancelamento de Capital		(860,00)	(6.982,77)	(1.823,96)	(4.443,96)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(61.232,82)	-	(5.042,90)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	(474.014,05)	-	(603.194,95)
Sobras/Perdas por incorporações		128.552,98	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		563.889,57	(420.946,63)	340.165,53	(205.233,88)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		12.454.061,68	33.250.303,54	6.381.208,90	7.417.567,41
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		38.078.178,84	17.281.936,98	10.900.728,08	9.864.369,57
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		50.532.240,52	50.532.240,52	17.281.936,98	17.281.936,98
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		12.454.061,68	33.250.303,54	6.381.208,90	7.417.567,41

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB
COOESA**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

1. Contexto operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **13/05/1994**, filiada à **CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB** e componente da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOESA**, sediada à Avenida Generalíssimo Deodoro, 391, Belém-PA, possui **5** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BELÉM – PA e CASTANHAL - PA**.

O **SICOOB COOESA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COESA** avaliou a capacidade de continuar operando e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez e, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COESA** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade está fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, bem como adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.



Diante do exposto e, objetivando minimizar os impactos causados pela pandemia na gestão do crédito, o SICOOB CENTRAL UNICOOB, em conjunto com suas cooperativas filiadas e, mediante Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 06/07/2020, criou o Fundo de Contingência do Sicoob – FCS, o qual possui como objetivo central de proporcionar às cooperativas, suporte às despesas com eventual provisão para liquidação de créditos duvidosos por inadimplência de operações de crédito, em função de fato externo não controlável.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA - SICOOB COOESA, realizou contribuições para este fundo no montante de **R\$ 200.558,54**.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Depósitos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	3.440.613,75	461.646,29
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	47.091.626,77	16.820.290,69
TOTAL	50.532.240,52	17.281.936,98

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL UNICOOB, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.013.070,67 e R\$ 718.223,11, respectivamente, com taxa média de 100,6683% e 101,0471% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e títulos descontados	13.261.441,27	29.887.966,34	43.149.407,61	35.252.977,05
Financiamentos	732.261,69	1.475.056,92	2.207.318,61	1.138.659,71
Total de operações de crédito	13.993.702,96	31.363.023,26	45.356.726,22	36.391.636,76
(-) Provisões para operações de crédito	(637.211,54)	(476.905,09)	(1.114.116,63)	(1.280.628,55)
TOTAL	13.356.491,42	30.886.118,17	44.242.609,59	35.111.008,21

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	11.993.240,64	337.593,65	12.330.834,29	-	11.680.812,39	-
A	0,5%	Normal	15.655.511,44	295.543,26	15.951.054,70	(79.755,27)	13.419.948,66	(67.099,74)
B	1%	Normal	8.612.426,81	638.893,10	9.251.319,91	(92.513,20)	4.521.897,88	(45.218,98)
B	1%	Vencidas	60.683,24	-	60.683,24	(606,83)	66.932,80	(669,33)
C	3%	Normal	4.289.313,30	918.592,87	5.207.906,17	(156.237,19)	3.703.748,16	(111.112,44)
C	3%	Vencidas	105.134,48	-	105.134,48	(3.154,03)	142.460,04	(4.273,80)
D	10%	Normal	1.325.409,54	16.695,73	1.342.105,27	(134.210,53)	1.272.496,53	(127.249,65)
D	10%	Vencidas	239.674,37	-	239.674,37	(23.967,44)	283.005,89	(28.300,59)
E	30%	Normal	128.862,61	-	128.862,61	(38.658,78)	205.151,51	(61.545,45)
E	30%	Vencidas	59.425,97	-	59.425,97	(17.827,79)	120.952,86	(36.285,86)
F	50%	Normal	115.223,71	-	115.223,71	(57.611,86)	95.558,46	(47.779,23)
F	50%	Vencidas	55.564,77	-	55.564,77	(27.782,39)	137.389,12	(68.694,56)
G	70%	Normal	57.112,42	-	57.112,42	(39.978,69)	113.683,68	(79.578,58)
G	70%	Vencidas	33.373,36	-	33.373,36	(23.361,68)	82.596,08	(57.817,26)

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
H	100%	Normal	15.917,21	-	15.917,21	(15.917,21)	66.563,67	(66.563,67)
H	100%	Vencidas	402.533,74	-	402.533,74	(402.533,74)	478.439,03	(478.439,41)
Total Normal			42.193.017,68	2.207.318,61	44.400.336,29	(614.882,73)	35.079.860,94	(606.147,74)
Total Vencidos			956.389,93	-	956.389,93	(499.233,90)	1.311.775,82	(674.480,81)
Total Geral			43.149.407,61	2.207.318,61	45.356.726,22	(1.114.116,63)	36.391.636,76	(1.280.628,55)
Provisões			(1.077.022,64)	(37.093,99)	(1.114.116,63)		(1.280.628,55)	
Total Líquido			42.072.384,97	2.170.224,62	44.242.609,59		35.111.008,21	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	5.591.727,34	7.669.713,93	29.887.966,34	43.149.407,61
Financiamentos	208.780,78	523.480,91	1.475.056,92	2.207.318,61
TOTAL	5.800.508,12	8.193.194,84	31.363.023,26	45.356.726,22

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor privado – Serviços	7.199.702,26	970.551,79	8.170.254,05	18,00%
Pessoa física	35.949.705,35	1.236.766,82	37.186.472,17	82,00%
TOTAL	43.149.407,61	2.207.318,61	45.356.726,22	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.280.628,55)	(803.007,24)
Constituições	(1.956.650,06)	(2.067.305,23)
Reversões	985.986,83	1.048.813,06
Transferência para prejuízo	1.137.175,15	540.870,86
TOTAL	(1.114.116,63)	(1.280.628,55)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.268.334,75	2,59%	1.296.220,67	3,56%
10 Maiores Devedores	5.696.020,63	11,61%	4.227.385,79	11,62%
50 Maiores Devedores	16.018.392,36	32,66%	11.894.500,59	32,62%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.953.709,36	2.589.696,79
Valor das operações transferidas no período	1.055.280,44	644.688,74
Valor das operações recuperadas no período	(441.801,73)	(241.628,45)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(5.396,84)	(39.047,72)
TOTAL	3.561.791,23	2.953.709,36

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 14.350.021,76**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Avais e fianças honrados (a)	150.722,38	197.557,99
Rendas a receber		
Serviços prestados a receber (b)	62.523,98	74.689,29
Outras rendas a receber	1.549,60	102.109,20
Rendimentos centralização financeira - Central (c)	90.446,92	81.916,77
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	3.551,89	13.841,24
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	56.290,56	62.029,35
Impostos e contribuições a compensar	55.179,35	41.534,03
Imposto de renda a recuperar	487,96	89,65
Pagamentos a ressarcir	29,04	163,38
Títulos e créditos a receber (d)	133.331,78	78.730,94
Devedores diversos – país (e)	425.877,14	423.503,46
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(134.984,73)	(139.270,16)
(-) Sem características de concessão de crédito	(83.331,78)	(78.730,94)
TOTAL	761.674,09	858.164,20

(a) O saldo de Avais e fianças honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 61.441,65) e outras rendas a receber (R\$ 1.549,60).

(c) Referente a remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNICOOB referente ao mês de dezembro de 2020.

(d) Refere-se a valores a receber de tarifas pendentes (R\$ 83.331,78) e aporte de R\$ 50.000,00 para a Sociedade Garantidora de Crédito Amazônia.

(e) Em devedores diversos, os valores mais expressivos são: (R\$ 104.258,54) referente Planos de saúde a receber e (R\$ 307.597,31) referente a mensalidades de convênios a receber.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Normal	3.069,70	3.069,70	(920,91)	25.905,28	(7.771,58)
E 30% Vencidas	6.651,06	6.651,06	(1.995,32)	36.077,69	(10.823,39)
F 50% Vencidas	3.426,76	3.426,76	(1.713,39)	28.323,69	(14.161,85)
G 70% Normal	1.670,77	1.670,77	(1.169,54)	-	-
G 70% Vencidas	22.395,07	22.395,07	(15.676,55)	2.459,98	(1.721,99)
H 100% Normal	-	-	-	3.158,98	(3.158,98)
H 100% Vencidas	113.509,02	113.509,02	(113.509,02)	101.632,37	(101.632,37)
Total Normal	4.740,47	4.740,47	(2.090,45)	29.064,26	(10.930,56)
Total Vencidos	145.981,91	145.981,91	(132.894,27)	168.493,73	(128.339,52)
Total Geral	150.722,38	150.722,38	(134.984,73)	197.557,99	(139.270,16)
Provisões	(134.984,73)	(134.984,73)		(139.270,16)	
Total Líquido	15.737,65	15.737,65		58.287,83	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material em estoque	221,00	-
Despesas antecipadas (a)	67.315,59	19.152,67
TOTAL	67.536,59	19.152,67

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	1.737.825,71	1.633.757,73
Partic. Em Inst. Finan. Controlada Por Coop. Crédito (a)	1.190,00	1.190,00
Outras participações (a)	450,00	450,00
TOTAL	1.739.465,71	1.635.397,73

(a) Refere-se a participações em empresa do grupo, R\$ 1.190,00 administradora de consórcio Sicoob PR, R\$ 450,00 Unicoob gestão de ativos.

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em curso (a)		371.830,00	241.559,70
Edificações	4%	67.000,00	67.000,00
(-) Depreciação acumulada imóveis de uso - edificações		(44.219,64)	(41.539,68)
Instalações	10%	286.844,56	701.299,11
(-) Depreciação acumulada de instalações		(154.709,00)	(336.075,25)
Móveis e equipamentos de uso	10%	713.225,23	706.439,16
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(236.765,78)	(308.672,18)
Sistema de comunicação	20%	30.806,94	34.072,30
Sistema de processamento de dados	20%	464.252,83	501.843,46
Sistema de segurança	10%	84.221,29	53.783,78
Sistema de transporte	20%	193.997,45	193.997,45
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.456.964,57	-
(-) Depreciação acumulada de outras imobilizações de uso		(749.627,63)	(470.974,96)
TOTAL		2.483.820,82	1.342.732,89

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Intangível

Descrição	Taxa depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Outros ativos intangíveis	20%	71.870,13	141.791,14
(-) amortização acumulada de ativos intangíveis		(63.257,78)	(127.905,53)
TOTAL		8.612,35	13.885,61

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças de softwares.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à vista	49.310.378,76		20.961.724,34	
Depósito sob aviso	2.969,70	0,16	3.020,55	0,36
Depósito a prazo	31.939.412,19	0,17	19.087.022,64	0,35
TOTAL	81.252.760,65		40.051.767,53	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior depositante	34.620.524,70	43,00%	6.233.412,30	15,56%
10 Maiores depositantes	52.669.685,37	65,33%	19.003.002,47	47,81%
50 Maiores depositantes	65.535.034,54	81,29%	29.496.604,19	74,20%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de depósitos de aviso prévio	(28,29)	(78,68)	(78,12)	(161,07)
Despesas de depósitos a prazo	(294.496,43)	(697.651,61)	(633.565,16)	(1.136.114,35)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(50.215,18)	(91.337,40)	(27.804,84)	(47.515,51)
TOTAL	(344.739,90)	(789.067,69)	(661.448,12)	(1.183.790,93)

12. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recebimentos em trânsito de terceiros	-	85,00
TOTAL	-	85,00

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	35,88	-	22.690,57	-
Sociais e estatutárias 13.1	649.475,52	-	632.249,21	-
Fiscais e previdenciárias 13.2	214.486,76	-	272.384,80	-
Diversas 13.3	1.862.118,44	3.021,42	1.593.964,01	4.282,18
TOTAL	2.726.116,60	3.021,42	2.521.288,59	4.282,18

13.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de atos com associados (a)	195.775,94	60.745,05
Cotas de capital a pagar (b)	453.699,58	571.504,16
TOTAL	649.475,52	632.249,21

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	75.354,35	123.308,16
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	33.289,50	40.305,37
Impostos e contribuições sobre salários	98.072,14	98.136,00
Outros	7.770,77	10.635,27
TOTAL	214.486,76	272.384,80

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por aquisição de bens e direitos	34.514,57	-	47.441,24	-
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	150.314,51	-	28.018,06	-
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	664.034,19	-	573.562,15	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (b)	106.593,71	3.021,42	89.054,36	4.282,18
Credores diversos – País (c)	906.661,46	-	855.888,20	-
TOTAL	1.862.118,44	3.021,42	1.593.964,01	4.282,18

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, 13º salário, férias e provisões para despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.927.277,53 (R\$ 3.766.014,49 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

(c) Referem a credores diversos – País composto por valores pendentes de compensação pela cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pendências a regularizar	40.684,36	135.272,90
Diferença de caixa	2.352,00	185,00
Pendências a regularizar Bancoob	232.688,90	107.308,10
Convênios – concessionárias	515.379,66	493.292,91
Crédito de terceiros	10.934,12	11.938,94
Fundo garantidor de valores	53.279,20	53.279,20
Saldo credores – encerramento c/c	16.681,88	16.681,88
Compromisso pela integralização de capital	18.325,00	15.625,00
Credores diversos-liquidação cobrança	320,00	1.877,13
Valores a liquidar - parcelas crédito consignado	13.926,59	18.337,39
Devolução saldo credor – cartões	2.089,75	2.089,75
TOTAL	966.661,46	855.888,20

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOESA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 114.863,23

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	11.552.728,57	11.437.865,34
Associados	4.097	3.788

b) Fundo de reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia geral ordinária, realizada em 30/04/2020, não houve deliberação pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**. Foi direcionado o valor de R\$ 474.014,05 para conta corrente dos associados e o valor de R\$ 562,99 foi incorporado ao capital.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	2.779.108,04	1.065.108,84
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.779.108,04	1.065.108,84
Destinações estatutárias	(1.250.598,62)	(479.298,98)
Reserva legal - 40%	(1.111.643,22)	(426.043,54)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(138.955,40)	(53.255,44)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.528.509,42	585.809,86

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	885.776,01	1.008.731,92
Despesas específicas de atos não cooperativos	(188.584,27)	(142.095,30)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(490.603,98)	(624.341,97)
Resultado operacional	206.587,76	242.294,65
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	32.002,63	118.675,77
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	238.590,39	360.970,42
(-) Ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(73.093,66)	(123.308,16)
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/18 e Res. 145/16)	(165.496,73)	(292.232,62)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	-	(54.570,36)

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de adiantamentos a depositantes	6.642,67	16.006,24	8.609,79	16.887,26
Rendas de empréstimos	4.139.071,01	8.017.404,00	4.079.972,13	7.665.346,33
Rendas de direitos creditórios descontados	43.461,71	53.297,03	19.591,62	40.043,94
Rendas de financiamentos	143.226,49	210.517,50	81.040,16	128.310,99
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	0,05	0,05	583,80	583,86
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	55.892,85	123.701,57	200.672,54	249.703,64
TOTAL	4.388.294,78	8.420.926,39	4.390.470,04	8.100.876,02

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de captação	(344.739,90)	(789.067,69)	(661.448,12)	(1.183.790,93)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(9.749,60)
Provisões para operações de crédito	(356.251,43)	(807.320,03)	(655.810,55)	(1.018.486,48)
Provisões para outros créditos	(77.663,56)	(230.567,87)	(82.165,18)	(178.936,42)
TOTAL	(778.654,89)	(1.826.955,59)	(1.399.423,85)	(2.390.963,43)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de cobrança	447.604,14	829.239,29	440.882,93	816.095,72
Rendas de outros serviços	443.595,71	829.239,29	440.882,93	816.095,72
TOTAL	891.199,85	1.603.642,66	843.998,34	1.637.790,62

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de pacotes de serviços - PF	242.987,25	440.501,25	206.726,90	388.813,80
Rendas de serviços prioritários - PF	98.839,90	188.924,67	98.409,80	172.991,17
Rendas de tarifas bancárias - PJ	361.732,90	653.697,40	260.892,76	448.341,07
TOTAL	703.560,05	1.283.123,32	566.029,46	1.010.146,04

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de honorários - Conselho fiscal	(22.494,00)	(36.466,00)	(19.960,00)	(37.528,00)
Despesas de honorários - Diretoria e Conselho de administração	(304.232,00)	(574.586,51)	(188.593,68)	(276.433,68)
Despesas de pessoal - benefícios	(513.896,68)	(940.558,68)	(485.305,60)	(824.464,66)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(329.835,20)	(627.925,65)	(323.987,95)	(658.154,91)
Despesas de pessoal - proventos	(779.313,11)	(1.470.086,96)	(802.221,29)	(1.626.366,76)
Despesas de pessoal - treinamento	-	-	(160,00)	(3.380,87)
Despesas de remuneração de estagiários	-	(8.110,95)	(3.689,10)	(3.689,10)
TOTAL	(1.949.770,99)	(3.657.734,75)	(1.823.917,62)	(3.430.017,98)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de água, energia e gás	(51.515,88)	(104.291,46)	(75.150,32)	(134.991,37)
Despesas de aluguéis	(205.541,11)	(453.730,49)	(304.952,90)	(508.112,23)
Despesas de comunicações	(55.383,85)	(107.379,81)	(66.843,36)	(132.589,02)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(23.448,54)	(24.471,87)	(13.713,30)	(41.373,00)
Despesas de material	(57.106,51)	(95.381,46)	(46.107,42)	(84.678,34)
Despesas de processamento de dados	(154.473,91)	(318.015,19)	(124.234,65)	(219.641,42)
Despesas de promoções e relações públicas	(13.602,80)	(21.753,43)	(13.037,46)	(23.417,58)
Despesas de propaganda e publicidade	(6.916,00)	(17.922,00)	(18.381,57)	(23.491,57)
Despesas de publicações	0,00	(2.787,00)	0,00	(800,00)
Despesas de seguros	(12.105,43)	(23.744,34)	(13.828,14)	(26.738,18)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(456.583,12)	(874.301,99)	(438.061,33)	(803.209,99)
Despesas de serviços de terceiros	(184.479,12)	(320.657,12)	(179.962,90)	(366.623,32)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(120.657,97)	(238.705,04)	(159.682,10)	(318.379,38)
Despesas de serviços técnicos especializados	(69.468,31)	(144.883,63)	(70.640,32)	(131.057,87)
Despesas de transporte	(149.383,44)	(258.638,13)	(150.345,86)	(312.051,46)
Despesas de viagem ao exterior	0,00	(62,00)	(268,40)	(268,40)
Despesas de viagem no país	(6.163,98)	(25.632,03)	(30.810,91)	(72.881,20)
Despesas de amortização	(1.804,18)	(5.273,26)	(24.766,79)	(50.915,16)
Despesas de depreciação	(219.594,87)	(389.485,48)	(115.552,53)	(216.933,19)
Outras despesas administrativas	(200.459,73)	(247.517,87)	(53.927,31)	(93.772,58)
Emolumentos judiciais e cartorários	(47.459,39)	(48.277,00)	(23.152,99)	(33.435,70)
Rateio de despesas da Central	(360.962,64)	(739.857,86)	(650.083,42)	(1.183.563,12)
Rateio de despesa do Sicoob confederação	(32.373,28)	(69.263,50)	(31.452,48)	(64.048,25)
TOTAL	(2.429.484,06)	(4.532.031,96)	(2.604.956,46)	(4.842.972,33)

23. Despesas (dispêndios) tributárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas tributárias	(11.167,37)	(20.085,83)	(10.373,43)	(24.939,52)
Despesas Impostos s/ serviços qualquer natureza-ISS	(17.162,87)	(29.458,49)	(14.829,38)	(31.059,08)
Despesas de contribuição ao COFINS	(19.152,77)	(36.259,17)	(19.554,57)	(40.350,98)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(3.112,32)	(5.892,10)	(3.177,62)	(6.556,75)
TOTAL	(50.595,33)	(91.695,59)	(47.935,00)	(102.906,33)

24. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	269.934,48	631.403,89	126.064,80	195.837,29
Outras - reversão de provisões operacionais	56.496,36	120.387,57	54.987,53	83.814,23
Outras rendas operacionais	257.948,77	551.948,74	359.912,82	714.385,71
TOTAL	584.379,61	1.303.740,20	540.965,15	994.037,23

25. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de crédito - despesas de descontos concedidos em renegociações	(27,54)	(27,54)	-	(1.205,04)
Despesas de provisões passivas	(32.469,59)	(28.528,68)	(18.911,77)	(48.583,00)
Outras despesas operacionais	(496.807,35)	(667.330,06)	(345.683,56)	(572.676,88)
TOTAL	(529.304,48)	(695,886,28)	(364.595,33)	(622.464,92)

26. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucro em transações com valores de bens	452,55	452,55	-	-
Ganhos de capital	3.066,86	50.358,01	125.165,83	127.677,09
Outras rendas não operacionais	490,58	490,58	-	-
(-) Prejuízos em transações com valores e bens	(648,14)	(648,14)	-	-
(-) Perdas de capital	(18.550,37)	(18.650,37)	-	(383,78)
(-) Outras despesas não operacionais	-	-	(7.417,46)	(8.617,54)
Resultado líquido	(15.188,52)	32.002,63	117.748,37	118.675,77

27. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das operações ativas	Valores	% em Relação à carteira total	Provisão de risco
P.R. – Vínculo de grupo econômico	2.159,44	0,0040%	(1,00)
P.R. – Sem vínculo de grupo econômico	478.681,60	0,8855%	(4.468,92)
TOTAL	480.841,04	0,8895%	(4.469,92)
Montante das operações passivas	5.603.316,84	9,7410%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	% da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque Especial	1.899,25	(11,51)	0,4086%
Empréstimos	1.354.041,32	(14.833,71)	3,3365%
Financiamentos	75.205,28	(1.669,57)	3,4071%

Natureza dos depósitos	Valor do depósito	% em relação à carteira total	Taxa média - %
Depósitos a vista	140.667,37	0,2891%	0,00%
Depósitos a prazo	1.804.509,32	5,6493%	0,1604%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações ativas e passivas	Taxas média aplicadas em relação às partes relacionadas a.m.	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,6600%	2,52%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	105,8709%	94%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,0262%
Aplicações Financeiras	9,7410%

d) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E DE 2019 (R\$)		
	31/12/2020	31/12/2019
Honorários - Conselho fiscal	(22.494,00)	(37.528,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de administração	(304.232,00)	(276.433,68)
Encargos sociais	(48.998,00)	(47.935,96)
Plano de saúde	(10.106,88)	-
Previdência privada	(20.400,00)	-

28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOESA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL UNICOOB** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.



Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL UNICOOB**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	48.829.452,48	18.454.048,42
Centralização financeira	47.091.626,77	16.820.290,69
Investimentos	1.737.825,71	1.633.757,73

29. Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de crédito e risco socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).



Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	15.274.071,63	13.161.515,81
Ativo Ponderado por Risco RWA	57.358.352,06	41.003.828,32
Índice de Basileia - %	26,62%	32,10%
Imobilizado para Cálculo do limite	2.484.270,82	1.343.182,89
Índice de imobilização (limite 50%) - %	16,26%	10,21%

32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COESA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 185.749,97.

b) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

BELÉM-PA

ANDREA MACHADO N. DE ALMEIDA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

MARILZA LAVEZO
CONTADOR 049349/O-9 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ - SICOOB COOESA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOESA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 19 de março de 2021.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador CRC MG-075.505/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO 2020

Os membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO PARÁ – SICOOB COOESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, IV do Estatuto Social da entidade, reunidos extraordinariamente no dia 30 de março de 2021, e tendo por base o relatório de auditoria da CNAC, de responsabilidade da Central Sicoob Unicoob, datado de 19 de março de 2021, resolvem encaminhar o seguinte parecer sobre a gestão financeira da cooperativa no exercício financeiro de 2020.

1. Diante de um cenário atípico apresentado pelo alastramento preocupante da Covid 19 em todo o mundo, levando a necessidade de todos a uma adaptação aos novos meios de sobrevivência no mercado global e particularmente, no financeiro, podemos enfatizar que a Gestão da Cooperativa, em meio aos transtornos conseguiu realizar seu trabalho de forma responsável, com a colaboração efetiva de seu quadro funcional.

2. Em virtude de toda a pandemia, de maneira geral, todo o mercado financeiro foi obrigado a se readaptar para prosseguir, realizando seus estudos para manter-se competitivo e ao mesmo tempo, não perder sua função social, já que suas receitas provem, em quase sua totalidade, das movimentações realizadas por seus cooperados abrangidos pelas agências que completam a nossa cooperativa.

3. Na dificuldade, aprendemos que o caminho deve ser trilhado com muita calma e garantia. Assim, tivemos durante o ano de

2020, algumas dificuldades no que tange aos apontamentos apresentados pelas auditorias paralelas e procuramos nos adequar às práticas sugeridas, realizando cursos e revisando as formas de trabalho.

4. Por fim, consideramos que o gerenciamento do risco de crédito está sendo trabalhado de forma segura, no intuito de administrar e minimizar o máximo possível os riscos que envolvem a liberação de operações de crédito na Cooesa, levando em consideração as normas legais tanto internas como externas que ao final são canalizadas no Sicoob Confederação. Acreditamos que devemos manter todos os esforços necessários para a continuidade de uma gestão responsável, compromissada e transparente com auxílio mútuo de todos que complementam de alguma forma o Sicoob Cooesa.

5. Assim sendo, a unanimidade dos Membros do Conselho Fiscal concluem pela apresentação do seguinte **PARECER**:

Efetuamos o exame e análise dos documentos que nos foram apresentados ao longo do exercício financeiro de 2020, além das Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras ou Perdas acumulado; as Demonstrações do Fluxo de Caixa; as Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido; as Demonstrações de Resultado Abrangente; além das Notas Explicativas.

Com base nessas análises e no Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, opinando que as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará – SICOOB COOESA, se apresentam, em 31 de dezembro do ano de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco



Central do Brasil, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Atenciosamente,

Belém.Pa., 30 de março de 2021.


Regina Massako Hamaguchi

Coordenador

Ruberval Gonçalves Andrade
Secretário

Joaquim Manoel C Da Silva
Membro